

no PERIÓDICOS - PUCR
Classe: 900/3
Recabido: 10-4-79

3

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO X – Nº 93

OUTUBRO/DEZEMBRO – 1 978

COMENTÁRIOS

VARIAÇÕES E FUGA SOBRE UM TEMA CÍVICO

Odilon Nogueira de Matos

(Alocução proferida no Clube dos 21 Irmãos-Amigos de Campinas na sessão comemorativa da Independência, em 15 de setembro de 1 978.)

Uma entidade como a nossa, que visa acima de tudo ao cultivo das tradições e do espírito cívico através do conhecimento, direto ou indireto, não importa, das várias unidades que constituem a federação brasileira, não poderia deixar passar sem uma comemoração por simples que fosse, o mês em que celebramos a nossa emancipação política. O sentido cívico dessas comemorações deve estar sempre vinculado ao seu sentido cultural para que elas não se esvaziem numa preocupação apenas passageira mas revistam-se daquele caráter superior e elevado que, como é natural, também lhes é inerente.

Certamente o problema transcende ao objetivo da nossa reunião, pois daria margem a que, sobre a efeméride, se discorresse longamente, dentro das mais variadas conotações que o tema comporta. Não irei massar-vos com a repetição enfadonha daqueles relatos episódicos a que já estais habituados desde os primeiros anos de vossa vida escolar, e que com maior ou menor quantidade de pormenores, vós encontrareis em qualquer livro escolar. Não. Seria fazer pouco dos meus queridos companheiros. Preferirei algumas considerações que o assunto possa sugerir.

Uma das dificuldades no estudo da história da independência, não apenas do Brasil, mas de qualquer outro país — especialmente no caso daqueles que realizaram sua emancipação política no início do século passado — é marcar com exatidão a época em que começa o respectivo processo de independência. Sim, porque parto do princípio de que a independência de qualquer país, longe de um simples episódio histórico, é resultante de um processo, de maior ou menor duração, de acordo com as circunstâncias de tempo e de espaço. No caso do Brasil, particularmente, esse processo adquire características curiosas, significativas e bem definidas, pois a nossa independência foi diferente da de qualquer outro país. Seu autor principal não foi um herói nacional que, à moda de Bolívar ou San Martín, levantasse o povo nativo e sacudisse o jugo que oprimia sua pátria. O autor principal de nossa Independência foi o próprio príncipe herdeiro do trono português, que para aqui viera menino ainda, com apenas dez anos e aqui moldara sua personalidade, porém dentro do mais legítimo espírito monárquico. E tão significativo era este espírito monárquico, que, ao voltar para Portugal, onde sua presença era reclamada por um movimento revolucionário, seu pai, o Senhor D. João VI deixou no Brasil como regente, nada menos que o herdeiro do trono, para que a preservação da dinastia de Bragança ficasse assegurada na eventualidade de lhe acontecer, e com Portugal, o que estava acontecendo com numerosas outras monarquias européias. Se algo acontecesse, o herdeiro do trono já estaria no Brasil, sem necessidade de repetir-se a aventura de 1807, quando uma corte inteira fora obrigada a atravessar o Atlântico e procurar refúgio nestas plagas.

É significativo observar que essa transferência da corte portuguesa, que chegou ao Rio de Janeiro em princípios de 1808, veio determinar a alteração de todo um esquema colonial, que vigorava praticamente há trezentos anos. A nova função que o Brasil vai desempenhar a partir de 1808, fazendo as vezes de Portugal nos quadros do relacionamento internacional, obriga o estado português a uma série de medidas do mais alto alcance, sem as quais o Brasil não

poderia desempenhar suas novas funções. Quando se considera toda a série de atos assinados por D. João, a princípio como regente e depois como monarca com o título de D. João VI, não se tem senão que concluir que toda a sua política, abrangendo os mais variados setores — economia, cultura, defesa militar, agricultura, indústria, relações exteriores — visou a uma finalidade supletiva, isto é suprir, de um momento para outro, toda aquela carência do sistema colonial que durante quase três séculos trouxe o Brasil praticamente amarrado, atado, sem que se lhe dessem condições para o seu desenvolvimento.

Daí, a alteração de todo um esquema que poderia servir para uma colônia, mas jamais serviria para um país que, doravante, seria a sede da monarquia portuguesa. Os exemplos são múltiplos. Não se compreenderia um país sede de uma monarquia, sujeito ao regime de monopólio e com os portos fechados: rompe-se o monopólio e abrem-se os portos; não se compreenderia um país sede de uma monarquia, sem bancos e sem moeda: cria-se o Banco do Brasil e funda-se a Casa da Moeda; não se compreenderia um país sede de uma monarquia, sem os órgãos superiores da administração: criam-se todos esses órgãos superiores da administração. E mais as escolas, a biblioteca pública, o jardim botânico, o curso médico, os arsenais de defesa nacional, enfim toda aquela parafernália necessária para que o país pudesse funcionar, não mais dentro de um esquema colonial, mas praticamente como verdadeira nação independente.

Por outro lado, os tratados assinados, a princípio com a Inglaterra e depois com as outras nações, fazem iniciar aquele extraordinário processo de europeização da vida brasileira. A presença da corte — embora uma corte modesta, que nem de longe poderia ombrear com as aparatosas cortes de Viena, de Londres ou de Paris — faz do Rio de Janeiro a grande cidade, melhor dizendo, a única grande cidade que o Brasil possui em todo o século XIX, polarizando cada vez mais a atração face as outras províncias e afirmando, ininterruptamente, o espírito urbano que começa a definir-se e a caracterizar nossa cultura.

O ato da Independência, ocorrido na tarde de 7 de setembro de 1822, praticamente é o complemento de todo esse processo evolutivo que começa com a transferência da corte e que afirma cada vez mais a individualidade do país. De então por diante, todas as tentativas de um regresso à situação anterior são repelidas e, na realidade, é o Brasil e não Portugal que passa a contar nas relações internacionais, especialmente pelos novos mercados que se abrem ao comércio europeu. Eis por que os atos iniciais de D. João abrindo os portos beneficiam primeiramente à Inglaterra, que estava saindo de uma revolução

industrial e era a única nação do mundo, na época, a possuir uma marinha mercante, enquanto o continente europeu estava conturbado pela aventura napoleônica.

Após a queda de Napoleão e o Congresso de Viena, que reformulara o mapa da Europa, define-se uma política legitimista, de natureza conservadora e reacionária, tendo como centro de equilíbrio a corte de Viena, mais precisamente a figura de Metternich. Essa política, que se convencionou denominar de “Santa Aliança”, vai provocar em toda a Europa uma onda de movimentos liberais e a esse liberalismo o Brasil não permanece estranho. Por outro lado, as nações da América Espanhola estavam realizando campanhas pela sua emancipação. E a verdade é que nenhuma monarquia européia, naquele início da terceira década do século XIX poderia sentir-se muito segura. Daí, o conselho célebre de D. João ao partir para Portugal, advertindo a D. Pedro que um dia, cedo ou tarde, o Brasil se separaria de Portugal e que, se fosse alguém lançar mão da coroa, fizesse-o ele. E se bem o pensou, melhor o fez.

O período que vai da volta de D. João em 1820 até o grito do Ipiranga, em 1822, é de extrema significação para o que estou chamando de processo da independência. E a fonte mais preciosa para conhecê-lo é a correspondência trocada entre o pai e o filho. Nesse ínterim, definem-se tendências, configuram-se esquemas, o mais importante dos quais certamente foi aquele que resultou no chamado movimento do “FICO”, que apelava para que o príncipe-regente permanecesse no país em vez de atender aos apelos das câmaras portuguesas que acham melhor fosse ele para a Europa, a pretexto de viajar pelas cortes e assim melhor instruir-se, suprindo aquela deficiência que o ambiente estreito de um Brasil semicolonial não lhe podia suprir. É conhecida a sua resposta ao pai. Ao ponderar que nada lhe adiantaria viajar pela Europa, apresenta-nos um quadro nada animador das monarquias européias. Chega a dizer que, para ele, seria muito mais útil e proveitoso, em vez de desperdiçar tempo por “cortes decrépitas”, viajar pelo Brasil, a fim de conhecê-lo melhor, uma vez que esta era, efetivamente, uma das suas deficiências, e a que ele mais lastimava: que não lhe tivessem dado oportunidade para um melhor conhecimento do Brasil, país do qual era regente e no qual em breve reinaria. Eis por que o movimento do “FICO” encontra em D. Pedro a melhor receptividade.

Em outras épocas, a historiografia brasileira perdeu tempo e gastou inutilmente papel e tinta para discutir a quem teria cabido a prioridade do movimento do “FICO”: se aos fluminenses com Gonçalves Ledo, se aos mineiros com Joaquim José da Rocha, se aos paulistas com os Andradas. Discussão inútil

e bizantina: os três movimentos se completam num todo harmonioso, que resultou na decisão de 9 de janeiro de 1822. Decisão que não foi bem vista pelas outras províncias, notadamente as do Norte. Estas viram no “FICO”, e depois no ato de 7 de setembro, nove meses mais tarde — tempo oportuno e preciso de uma feliz gestação — uma espécie de golpe de D. Pedro em torno das três províncias que lhe eram mais próximas — Rio, São Paulo e Minas Gerais — e que eram, efetivamente, as que representavam a maior força na vida econômica do país. Isso vem explicar um fato curioso e original da história de nossa pátria, paradoxo dos paradoxos: a nossa guerra da Independência em vez de ser feita contra a metrópole, como é a regra geral na história da independência de todos os países, foi feita no Brasil mesmo, contra as províncias do Norte, que custaram muito a aderir ao Império criado com o grito do Ipiranga. Foi preciso que o jovem imperador contratasse um almirante inglês para que ele forçasse as províncias setentrionais a aceitarem a Independência, tais os vínculos que ainda as prendiam a Portugal. Eis por que — para citar um só exemplo — o 7 de setembro significa muito pouco para a Bahia: é apenas uma data oficial: a sua grande data, comemorada todos os anos com as maiores festividades, é o 2 de julho de 1823.

Em fins de agosto daquele ano de 1822, delineia-se a “Jornada da Independência”. Estando em São Paulo, resolve o príncipe ir a Santos visitar a pátria de seu grande conselheiro José Bonifácio, e ao regressar a Capital, no sopé da colina do Ipiranga, quase às margens do regato, encontra-o o correio expresso mandado da Corte. Todos nós conhecemos o episódio: D. Pedro, tomando conhecimento dos despachos que lhe foram enviados, atira-se à decisão histórica, como se tivesse de atravessar novo Rubicon. O “*Alea jacta est*” de César é substituído pelo “Independência ou Morte”. Conhecemos a história desde a nossa meninice. Mas se perguntarmos a alguém se já viu, um que seja, dos papéis recebidos por D. Pedro naquela tarde memorável, a resposta será sempre negativa. Fato curioso: não se conhecem os papéis que decidiram os destinos de nosso país naquele 7 de setembro de 1822! Vou dar-vos a conhecer apenas um deles, talvez o mais significativo: a carta que lhe foi dirigida pela sua esposa, a Princesa Dona Leopoldina. Meditai, meus prezados amigos, nas frases dessa carta. Elas falam muito e revelam que na jornada da independência há muita coisa além do que aparece nos nossos livros de história. Ouvi-a, com a atenção que ela merece, e com sua leitura dou por encerradas estas considerações, agradecendo ao companheiro Nahim Pedro Kacham a oportunidade que me deu de poder dirigir-vos a palavra:

“Pedro. O Brasil está como um vulcão. Até no Paço há revolucionários. Até portugueses são revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e

humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que têm sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a que devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que além de vosso ministro fiel é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro se não quisedes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que irieis fazer em São Paulo. Fazei, pois, tereis o apoio do Brasil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portugueses que aqui estão, nada podem fazer.

Leopoldina”.

*

BLUMENAU EM CADERNOS: quatro lustros

Edison Mueller

“Quem trata do passado é desinteressado e só o desinteresse enobrece, eleva e dignifica as aspirações dos homens.”

Eduardo Prado

Há vinte anos, exatamente em novembro de 1957, aparecia discretamente à venda, sob modesta apresentação gráfica, em livrarias locais, o primeiro número de uma revista dedicada especialmente à divulgação da História de Blumenau. Na capa, apenas uma fotografia da estátua do fundador da cidade, localizada ainda à época, após sua primeira remoção de lugar (como devem lembrar-se os leitores mais idosos), em sítio diferente daquele onde se encontra hoje, no início da Alameda Duque de Caxias, a nossa popular Rua das Palmeiras.

A revista denominava-se BLUMENAU EM CADERNOS, devendo-se a iniciativa de sua publicação ao polígrafo catarinense Prof. José Ferreira da Silva (1897 – 1973), dedicadíssimo cultor das legítimas tradições deste pedacinho do Brasil, que ele amou e serviu de forma invulgar, mestre paciente e amigo certo, cuja lembrança reverenciamos com peculiar apreço.